

ACESSO À INFORMAÇÃO

Cidades do Estado ainda “fazem feio” quando se fala em transparência

Governo do Estado lançou ontem seu novo portal, mas municípios não se enquadram na lei

TAINÁ JARA

Mesmo passados dois anos do último prazo dado para o cumprimento da Lei da Transparência, nem todos os municípios cumprem com a determinação. Dados da Controladoria-Geral da União (CGU) mostram que o número total de adesões ao programa Brasil Transparente, que orienta estados e municípios ao cumprimento da lei, é de apenas 56, dos 79 municípios do Estado.

Ao todo, a CGU contabiliza 58 adesões, sendo 54 de prefeituras, três de câmaras de vereadores e o governo estadual. As cidades de Selvíria e Cassilândia são as únicas que aderiram ao programa nos órgãos executivos e legislativos municipais, respectivamente.

O número é apenas ligeiramente maior do que o apontado no último levantamento, realizado em agosto do ano passado, em que apenas 52 municípios haviam aderido ao programa.

Apesar de reconhecer a melhora – alguns municípios vêm apresentando melhora na apresentação das informações, como Água Clara, Anastácio, Japorã, Rio Brilhante e Paraíso das Águas –, o chefe da CGU em MS, José Paulo Julieti Barbieri, destaca que a existência do portal não necessariamente quer dizer que os municípios cumprem efetivamente a legislação. “Campo Grande era a mais transparente, mas não atendia nem 50% do disposto”, explicou.

Além de exigir a adesão dos órgãos públicos, a Lei 12.527 estabelece todas as informações que devem fazer parte dos portais da transparência e ainda ressalta que devem ser de fácil acesso ao cidadão comum.



MELHOR. Tela inicial do Portal da Transparência do governo estadual é mais acessível que anterior

Registros de repasses, receitas, transferências e despesas devem estar disponíveis em tempo real, ou seja, até um dia após a transação em si.

Os portais precisam conter, ainda, as informações de licitações, com editais e resultados, além de dados para acompanhamento de programas, ações, projetos e obras do órgão.

De acordo com a CGU, o programa tem a função apenas de auxiliar a prefeitura a se adequar ao Portal da Transparência, por meio de capacitação, material técnico e oferecimento de um código-fonte. O maior problema está justamente na estrutura disponível nos órgãos públicos para pôr o serviço em execução.

Mesmo dispondo de uma estrutura maior, o próprio governo do Estado não consegue cumprir a lei integralmente. O portal lançado ontem é um exemplo disto. O banco de da-

dos possui informações apenas referentes ao ano de 2015. Conforme a CGU, os órgãos deveriam disponibilizar relatórios desde 2010, ano em que venceu o prazo para o cumprimento da determinação, para União, Estado, Distrito Federal e municípios com mais de 100 mil habitantes.

Para os municípios que possuem entre 50 mil e 100 mil habitantes, o prazo findou em maio de 2011 e as cidades com população abaixo de 50 mil, a última chance para o cumprimento da lei era maio de 2013.

Diante disto, o Estado e os municípios estão sujeitos a responder pelo crime de improbidade administrativa. As sanções também poderiam ocorrer por parte do Tribunal de Contas do Estado (TCE) que além de multa determinaria a suspensão das transferências voluntárias aos infratores, ou seja, não poderia re-

ceber dinheiro de convênios com a União e Estado. Outro problema é que nem mesmo os órgãos com autoridade para aplicar penalidades estão em acordo com a lei.

20

DIAS
As informações que deveriam ser fornecidas pela Lei de Acesso à Informação são divididas em transparência ativa, aquelas que obrigatoriamente têm de ser disponibilizadas nos portais, e transparência passiva, aquelas que necessitam ser solicitadas pelas população e ser respondida dentro do prazo de 20 dias.

Novo portal traz nomes de servidores e seus salários

ANNY MALAGOLINI

A partir de agora, o cidadão sulmato-grossense tem acesso a todas as informações sobre despesas e receitas do governo do Estado. O Portal da Transparência ganhou atualização e estão disponíveis para consulta os dados referentes ao salário dos servidores, contratos de obras e investimentos. As informações atualizadas fazem parte do termo de adesão ao programa Brasil Transparente, da Controladoria-Geral da União (CGU), assinado pelo governador Reinaldo Azambuja seis meses atrás. Desde ontem, 29, as informações serão atualizadas diariamente, o acesso será livre e as pesquisas podem ser feitas por órgão, de maneira detalhada.

O novo site apresenta seis áreas para consulta: receitas, despesas, informações de pessoal, licitações e contratos, repasses e convênios, além de dados do orçamento estadual. O acesso aos rendimentos dos servidores públicos do Estado poderá ser feito apenas pelo nome, ou ainda pelo CPF do trabalhador.

A maior parte das arrecadações, como mostra o portal, é com a cobrança do ICMS, são R\$ 5.760.894.007,78 desde janeiro. O total arrecado neste ano chegou a R\$ 9.749.096.609,07, enquanto o valor da despesa paga é R\$ 8.713.841.102,20 – o principal gasto é com a pasta encargos gerais financeiros, na qual se somam R\$ 2.751.497.165,02. Depois, aparece a pasta de educação, com custo de R\$ 1.198.288.932,94. Na despesa

de pessoal, conta que o governador recebe R\$ 11.537,18 mensais, de acordo com decreto criado por ele, onde foi cortado 50% do seu salário. O salário dos secretários, inclusive da vice-governadora Rose Modesto, é de R\$ 18.164,64.

A disponibilidade dessas informações atendem lei federal de acesso à informação em vigor desde 2011, mas até então os dados atualizados eram referentes ao ano de 2014. A demora para que os a transparência fosse ao ar, como explicou o governador, é porque a equipe se deparou com uma série de questões e problemas para relacionar as informações entre as secretarias. “As estruturas não se comunicavam e tinham extrema dificuldade em fazer com que pudessem conversar”, exemplificou.

Problemas com as obras do Aquário do Pantanal também foram citados pelo governador. “Aquilo que foi medido e pago não corresponde à realidade”, afirmou. Por isso, as informações disponíveis para consulta são a partir de 2015, e dados de anos anteriores não aparecem no novo portal.

O modelo implantado pelo SGI, do próprio governo, não gerou custos, e conforme explicou Eduardo Riedel, esta é a primeira versão do portal, ou seja, ele ganhará atualizações ao longo dos anos. Antes disso, o Portal da Transparência do Estado foi apontado pela CGU como o 4º pior do ranking nacional. Numa escala de zero a dez, o Estado marcou nota 2,50.

SANTA CASA

Médicos acionam Justiça e população padece

GILDO TAVARES

A Associação dos Médicos da Santa Casa (Asmec) ingressou com duas ações na Justiça do Trabalho contra a Santa Casa de Campo Grande. A categoria pede o bloqueio de recursos e acesso à documentação entre a Santa Casa e a Prefeitura

de Campo Grande. Os profissionais autônomos e pessoas jurídicas estão em greve há 9 dias por falta do pagamento do salário, que deveria ter sido pago no dia 5 de outubro, e a instituição alega ter de receber do município uma dívida de R\$ 13,4 milhões. Para voltar ao trabalho, a categoria quer

os salários em dias, o que gira em torno de R\$ 3,4 milhões para os cerca de 300 médicos que estão sem receber. Como sempre, nesses casos de paralisação quem sai perdendo é a população, que fica no fogo cruzado. Desde o início da greve, já foram cancelados 807 atendimentos ambulatoriais e

64 cirurgias eletivas. Este número deve continuar subindo, logo que não há uma sinalização da Santa Casa de que fará o pagamento dos profissionais.

“Até o momento, não temos nenhuma sinalização de que esta situação mudará, não temos nenhuma conversa em andamento com a direção do

hospital”, disse Carlos Idelmar de Campos Barbosa, presidente da Asmec.

Quanto às ações, a associação quer garantir o direito dos médicos de receber os salários com o pedido do bloqueio de recursos que entram na instituição, para um juiz determinar se pode ou não ser usado para fazer o pagamento que está atrasado. Quanto à outra ação, Carlos disse que precisa

ter acesso aos documentos porque “queremos saber o que está acontecendo, cada um fala uma coisa”.

A Santa Casa de Campo Grande disse que ainda não recebeu nenhuma notificação, e que só se manifestará depois de notificada. O **Correio do Estado** pediu informações para a prefeitura, a qual não respondeu até o fechamento desta edição.

BASE AÉREA DE CAMPO GRANDE

Ministério da Defesa

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 65/BACG/2015

OBJETO: Registro de preços de material operacional. Abertura das propostas no dia 12/11/2015 às 09h 30min, HORÁRIO DE BRASÍLIA, no endereço www.comprasgovernamentais.gov.br. Edital disponível, a partir do dia 30/10/2015, no www.comprasgovernamentais.gov.br.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 63/BACG/2015

OBJETO: Registro de preços de material de copa e cozinha. Abertura das propostas no dia 12/11/2015 às 09h 30min, HORÁRIO DE BRASÍLIA, no endereço www.comprasgovernamentais.gov.br. Edital disponível, a partir do dia 30/10/2015, no www.comprasgovernamentais.gov.br.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 67/BACG/2015

OBJETO: Registro de preços de aquisição de gás GLP. Abertura das propostas no dia 12/11/2015 às 09h 30min, HORÁRIO DE BRASÍLIA, no endereço www.comprasgovernamentais.gov.br. Edital disponível, a partir do dia 30/10/2015, no www.comprasgovernamentais.gov.br.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 68/BACG/2015

OBJETO: Registro de preços de aquisição de gases para utilização em aeronaves. Abertura das propostas no dia 12/11/2015 às 09h 30min, HORÁRIO DE BRASÍLIA, no endereço www.comprasgovernamentais.gov.br. Edital disponível, a partir do dia 30/10/2015, no www.comprasgovernamentais.gov.br.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 66/BACG/2015

OBJETO: Registro de preços de aquisição de medicamentos. Abertura das propostas no dia 12/11/2015 às 09h 30min, HORÁRIO DE BRASÍLIA, no endereço www.comprasgovernamentais.gov.br. Edital disponível, a partir do dia 30/10/2015, no www.comprasgovernamentais.gov.br.

TEMPO

Calor predomina e chuvas ficam abaixo da média

GLAUCEA VACCARI

O calor e o tempo seco predominaram durante o mês de outubro em Mato Grosso do Sul, e as chuvas no Estado ficaram abaixo do volume esperado. Apenas oito municípios registraram acumulado de chuva superior à média histórica.

Os dados meteorológicos foram monitorados nas estações meteorológicas automáticas do Instituto Nacional de Meteorologia, distribuídos em 27 municípios do Estado do dia 1º de outubro até ontem e analisados pelo Centro de Monitoramento do Tempo, do Clima e dos Recursos Hídricos (Cemtec).



CLIMA. Em outubro, calor tomou conta de Mato Grosso do Sul

De acordo com o boletim, Campo Grande registrou 38,4 milímetros de chuva no mês, o que corresponde a 25,96% da média histórica, que é de

147,9 mm. Faltando dois dias para o fim do mês, a Capital não deve registrar acumulado de chuva significativo.

Os municípios que tiveram

acumulado superior à média histórica em outubro foram Amambai, com 209,2 mm e média histórica de 184,2 mm; Bataguassu, onde choveu 219 mm e a média é 116,5; Bela Vista, com 128,2 contra 119,5 de média; Coxim, com 153,8 mm e média de 126,6 mm; Itaquiraí, 183,8 mm contra 170,5 mm; Jardim, 165,6 contra 127,4; Juti, 181,2 contra 165,4; e Rio Brilhante, com 160,2 mm registrados e média histórica de 133,5 mm.

Em todo o Estado, a média histórica de chuvas para o mês é de 3.762,3 milímetros. Até ontem, foram registrados 2.761 milímetros.